

Congresso

LEGISLATIVO

GAZETA MERCANTIL

25 JAN 1991

Falta de acordo com o governo adia leitura do parecer sobre a MP 292

por Marcos Magalhães
de Brasília

A pedido do governo, o deputado Tidei de Lima (PMDB-SP), relator da Medida Provisória nº 292, adiou para hoje a leitura em plenário do seu parecer. Mesmo após uma hora e meia de reunião das principais lideranças com o secretário especial de Política Econômica, Antônio Kandir (ver matéria na página 3), permaneceram duas divergências a respeito da nova política salarial: a porcentagem da inflação prevista que corrigirá os salários e o tamanho da margem de erro permitida ao governo na comparação entre a inflação real e a projetada.

"O governo está intransigente e cedeu muito pouco", lamentou Lima no final do encontro. O deputado Humberto Souto (PFL-MG), líder do governo na Câmara, rebateu a acusação. "Fizemos todo o esforço que era possível", disse ele. Apesar da polêmica, não está completamente afastada a possibilidade de votação de um projeto de lei de conversão nesta sexta-feira. Já ficou acertado que o sistema beneficiaria

integralmente os que ganham até cinco salários mínimos. Os salários dos que recebem até vinte mínimos seriam reajustados apenas na parcela correspondente a cinco salários mínimos.

INFLAÇÃO ESTIMADA

Segundo a proposta elaborada pela equipe econômica, o governo fixaria no início de cada trimestre uma taxa de inflação estimada para o período. A taxa seria dividida em três parcelas mensais, mas apenas 75% da inflação prevista seria imediatamente repassada aos salários. Ao final de três meses, se checaria a diferença entre a inflação real e a projetada. Tudo que ultrapassasse 15 pontos percentuais passaria por um segundo redutor: os salários seriam reajustados também por 85% dessa diferença.

MARGEM DE ERRO

O PMDB aceitou a tese de repassar aos salários apenas parte da inflação projetada, mas pretendia que o percentual subisse de 75 para 85%. O relator da medida provisória considerou também muito alta a margem de erro de 15 pontos percentuais, ponderan-



Humberto Souto

do que dessa maneira se abriria espaço para que o governo subestimasse muito a inflação futura. Lima sugeriu que a margem fosse limitada a 5 pontos percentuais.

REPOSIÇÃO PARCIAL

De acordo com o relator, a proposta do governo resultaria na concessão aos salários, ao final de cada trimestre, de apenas 63% da inflação real registrada no período. Ele indicou que seu partido aceitaria um acordo que promovesse a reposição de 75% da inflação. A posição do PMDB foi mais tímida que a defendi-

da na reunião pelo sindicalista Luiz Antônio de Medeiros, presidente da Força Sindical. "A proposta do governo seria aceitável se zerasse as perdas de três em três meses", afirmou.

"ACORDO POLÍTICO"

Kandir lembrou, por sua vez, que o governo já cedeu duas vezes em relação à questão salarial. Inicialmente, disse ele, se propôs a simples livre negociação salarial. Mais tarde, o governo tornou garantido o piso de um salário efetivo — calculado com base no Fator de Recomposição Salarial (FRS) — na primeira data-base de cada trabalhador. Agora, afirmou, está disposto a defender os salários mais baixos.

LIMITES

"Reconhecendo que a inflação está num nível alto, o governo promoveu esse novo movimento", disse Kandir. "Fizemos isso em razão da necessidade de chegar a um acordo político", explicou. O secretário afirmou que a proposta de recomposição para os salários mais baixos — até cinco mínimos — seria limitada ao prazo de um ano, depois disso, seria restabelecida a livre negociação.